

Crítica Psicanalítica à Colonização Neoliberal das Subjetividades. Uma proposta de reflexão

Psychoanalytical Criticism to the Neoliberal Colonization of Subjectivities: a proposal for reflection

MARIA CAROLINA BRAZ DA SILVA AZEVÊDO (U. FEDERAL DO PARÁ – U. DE BARCELONA)

carolbrazsa@gmail.com - ORCID: 0000-0003-2661-4185

Resumo: A necessidade de desenvolver este trabalho se justifica pelo atual contexto de dissolução de modelos democráticos, de sucateamento e de ataques constantes e cada vez mais intensos ao Estado social, de um movimento pela despolitização dos cidadãos e privatização do político, de redução e precarização de direitos e garantias, sejam eles trabalhistas, previdenciários, ambientais, à saúde, à educação, etc. Assim, com base no método hipotético-dedutivo, a partir da hipótese de que o neoliberalismo opera na colonização das subjetividades, desenvolvemos esse trabalho investigando primeiramente quais são os elementos que constituem a governamentalidade neoliberal. Em seguida, buscamos compreender como se dá a formação e a colonização das subjetividades pelos dispositivos neoliberais. Por fim, propusemos a via da psicanálise em uma leitura crítico-política como hipótese alternativa de emancipação das subjetividades e caminho para estabelecer uma nova ordenação social fundada na partilha do comum, isto é, no resgate dos pressupostos comunitários no âmbito político.

Palavras-chave: neoliberalismo; colonização das subjetividades; psicanálise; emancipação.

Abstract: The need to develop this work is justified by the current context of dissolution of democratic models, of scrapping and constant increasingly intense attacks on the social state, of a movement for the despolitization of citizens and of privatization of the political, of reduction and precariousness of rights and guarantees, whether labor, social security, environmental health, education, etc. Thus, based on the hypothetical-deductive method, on the hypothesis that neoliberalism operates in the colonization of subjectivities, we develop this work by first investigating what are the elements that constitute neoliberal governmentality. Next, we seek to understand how subjectivities are formed and colonized by neoliberal devices. Finally, we proposed the path of psychoanalysis in a critical-political reading as an alternative hypothesis for the emancipation of subjectivities and a way to establish a new social order based on the sharing of the common, that is, on the rescue of community assumptions in the political sphere.

Keywords: neoliberalism; colonization of subjectivities; psychoanalysis; emancipation

Introdução

Em uma associação entre Marx e a Teoria Crítica, podemos compreender que o fundamental no capitalismo é a autonomização das relações sociais em forma de estruturas emancipadas e independentes, em um processo dinâmico e contraditório de relações sociais de dominação com dupla dimensão: psicológica individual e psicológica social. É dizer, por meio “de los conflictos psiquicolidinales esa dominación se inscribe en los individuos, forma parte de su constitución como miembros de la sociedad” (Zamora, 2021, p. 25).

Ao longo desse trabalho queremos compreender no que consiste a forma de governamentalidade neoliberal e quais são os elementos que a constituem e a diferenciam das ordenações sociais anteriores, inclusive aquelas mais vinculadas à corrente do liberalismo clássico. O neoliberalismo traz como novidade uma forma de atuação e de disseminação dos seus dispositivos de poder que marca a virada social após a década de 1930. Nos dedicaremos a identificar esses elementos, bem como, em específico, os seus impactos a formação das subjetividades a partir de então para, por fim, após uma leitura crítica, pensarmos uma alternativa de saída desse modelo.

Propomos, então, realizar uma análise crítica do sistema neoliberal e seus efeitos na produção e colonização das subjetividades, pois para além de ter promovido um processo neocolonizador nas periferias globais por meios de suas propostas econômicas, tal sistema também atuou na constituição de um ideal social que implementou nessas regiões um modelo individualista, isolado e autocentrado, propondo uma investigação que desnaturalize a conduta econômica maximizadora buscando quais fatores a

constituíram, especificamente na questão econômico-psíquica.

A Governamentalidade Neoliberal e a Colonização das Subjetividades

Segundo Maurilio Botelho (2013, p. 212-213), a colonização não foi caracterizada somente como um movimento de exercício da violência pela exploração e expropriação no âmbito dos recursos monetários, naturais e da força de trabalho como elementos do sistema de produção. Ela também constituiu-se como um processo de criação de uma subjetividade transcendental burguesa pela qual foi criada uma ordem social que relegava o outro à condição de inferioridade, uma subjetividade precária, bárbara, selvagem, marcando as relações sociais com a diferenciação e a dissociação.

Por sua vez, a figura do sujeito, apesar de suas formas transcendentais apresentadas *a priori*, “foi na verdade concebida por meio do recalque da sensibilidade e da concretude, pois só assim pode afirmar-se hierarquicamente sobre um mundo natural, feminino e bárbaro abaixo dele” (Botelho, 2013, p. 216). Como nos dizem Douglas Facci e Maria Terezinha Galuch (2019, p. 12) a racionalidade moderna caracterizada pela frieza, instrumentalidade e objetividade da sociedade burguesa converte os valores dos sentimentos humanos, suas paixões e aspirações em valores monetários objetificados, suprimindo as relações sociais afetivas e culminando em uma sociedade impessoal, indiferente e egoísta.

Tendo em consideração esses elementos, percebemos que a colonialidade também opera como um mecanismo moderno de construção e normalização de subjetividades e das relações intersubjetivas, fundadas em práticas de exclusão e diferenciação. Por isso percebemos a necessidade de investigar essa

decorrência do sistema moderno de dominação para chegarmos à compreensão sobre como foi moldada a subjetividade brasileira como a vemos hoje, composta por sujeitos individualistas, egocentrados, afetos somente às questões privadas, alheios ao comum, ao político e ao Outro, contidos em suas paixões, desejos e sensibilidade.

Como afirma Deise Mancebo (2002, n.p), “a modernidade vem sendo apresentada como um momento específico de hegemonização da ideologia individualista, através da implantação de instituições políticas crescentemente comprometidas com os valores da liberdade e da igualdade”. Até chegarmos ao neoliberalismo em funcionamento hoje, o individualismo moderno passou por algumas fases. Com o liberalismo dos séculos XVII e XVIII, a noção de indivíduo foi alçada como bandeira política e realidade econômica, contendo o seu modo de interação com o coletivo (permeado pelos direitos de liberdade de ação e participação), os seus direitos inalienáveis, a sua consciência de individualidade e a sua posição como célula básica e central da sociedade (Mancebo, 2002, n.p.).

Nessa realidade do liberalismo do século XVIII marcada pela “elaboração de limites ao governo, enquadrado por ‘leis’ conjugadas que devem orientar, em termos utilitaristas, os interesses individuais de forma a fazê-los servir ao bem geral” (Tolentino, 2017, p. 134), para que fosse possível a garantia dos direitos e liberdades individuais preconizados, foi preciso que houvesse uma separação entre as esferas pública e privada. A esfera pública exigia um comportamento racional e civilizado; já a esfera privada era aquela na qual o exercício da liberdade individual deveria ser garantido sem que houvesse qualquer tipo de interferências alheias a ele (Mancebo, 2002, n.p.)

Já no século XIX, o liberalismo recebe uma nova roupagem, entretanto, mantendo ainda seus traços de defesa da inviolabilidade da esfera individual, agora ainda mais acentuada. Essa fase do liberalismo romantizado é marcada pela valorização do autodesenvolvimento individual, pela invasão do âmbito público pelo privado, a esfera e as instituições públicas passam a ser movimentadas para servir a objetivos e interesses privados, havendo certo grau de indefinição do limite entre público/privado (Mancebo, 2002, n.p.).

No liberalismo como se encontra hoje, nascido a partir da década de 1930, agora denominado neoliberalismo, operam novos elementos que exigem dos indivíduos inseridos no ideário tecnocrático e disciplinar maior eficiência, interesse e utilidade, no qual a intervenção estatal é praticada com o objetivo de “desenvolver e purificar o mercado concorrencial através de um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (Tolentino, 2017, p. 135).

Inicialmente, importa destacar que o sistema do neoliberalismo opera para além de uma atuação meramente econômica, produzindo efeitos nas relações de naturezas política, econômica e psíquica dos sujeitos e dos grupos sociais. Logo, compreendemos o neoliberalismo como uma política econômica que opera de forma geral e sistêmica, articulando os mais diversos âmbitos que constituem a vida social e os indivíduos. Alessandro da Silva Leite (2015, p. 29), se valendo da abordagem teórico social do freudo-marxismo, explica que “no neoliberalismo, a mais-valia e o mais-gozar se encontram e juntos operam, por meio da materialidade do mundo da vida, dos fatos e das coisas, na formação de consciências, fantasias e desejos, liberando nossas pulsões inconscientes”.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 141) apontam que o elemento da governamentalidade neoliberal se traduz na criação permanente de situações que impulsionam o aprendizado constante e progressivo sobre o modo como o indivíduo deve governar e controlar a si mesmo no mercado. Isso impacta na volatilidade e na inconstância das expressões subjetivas, as quais devem frequentemente se adequar aos novos modelos produzidos pelo mercado. Os constantes sentimentos de falta e de insatisfação são a engrenagem que move o sistema neoliberal, que possibilitam a aplicação de medidas cada vez mais radicais a fim de buscar alcançar a satisfação e a completude, ou melhor, o sucesso e a felicidade.

Como afirma Claudia Neves (1997, p. 89), na era do capitalismo de controle que, por sua vez, não extingue os dispositivos disciplinares, os indivíduos são forjados como massas amorfas a serem modeladas. O controle aqui opera de forma rápida, ilimitada e constante. O dispositivo de controle neoliberal atua de forma sutil por meio da constituição de um imaginário social, é um poder que opera muito mais no nível simbólico, razão pela razão muitas vezes passa despercebido, o que dificulta a sua identificação e o combate.

Essa economia de mercado implementada pelo neoliberalismo funciona com base na intensificação do ideal inaugurado pelo liberalismo clássico de instigação da busca pela satisfação de interesses pessoais, para a qual os indivíduos não se sentem limitados pelo poder governamental e não reconhecem os mecanismos de controle aos quais estão submetidos (Dardot e Laval, 2016, p. 142). É dizer, essa economia não requer a nenhum indivíduo que se afaste da satisfação dos seus próprios interesses e “la suerte que a cada uno

le toca en la vida es producto única y exclusivamente de su responsabilidad. La sociedad no es culpable de que haya personas pobres o necesitadas” (Araujo, 2021, p. 24).

Essa noção de culpa é entendida no processo de subjetivação contemporânea como falta ou imputação que carrega outras duas noções: as de confiabilidade e suspeita (Pérez, 2021, p. 203). Assim, compreendemos que o neoliberalismo expandiu essa lógica de mercado para a política e a vida social, moldando os sujeitos para agirem como sujeitos empreendedores mesmo na esfera privada de suas vidas, sendo governáveis em conformidade com os interesses do mercado. Nesse processo, como afirma Francisco Conde Soto (2021, p. 114), “La lógica contemporánea es que si el sujeto es incapaz de disfrutar en un contexto donde todo está permitido, entonces está enfermo”.

Trata-se de um discurso que pode ser muito bem representado pelas palavras proferidas por Margareth Thatcher, representante do auge do neoliberalismo da década de 1980, que ratificou a retirada do papel do Estado e da sociedade para os problemas e insucessos individuais quando disse:

demasiada gente piensa que si tiene un problema, le toca al gobierno resolverlo; la gente culpa de sus problemas a la sociedad; pero la sociedad no existe (*there is no such thing as society*), existen hombres y mujeres individuales, y existen familias; los gobiernos no pueden hacer nada, sino a través de la gente, y la gente debe cuidarse a sí misma, ver por sí misma primero.

Nessa perspectiva de compreensão, segundo Nora Merlin (2019, p. 283), o neoliberalismo não é apenas um modelo econômico, mas também um modelo de produção de novas subjetividades, as quais

são formadas com participação considerável dos meios de comunicação, funcionando como uma forma de apropriação da alma de uma cultura, denominada de “colonização da subjetividade” (Merlin, 2017, n.p).

Dessa forma, nos dedicaremos no item a seguir a investigar especificamente o modo pelo qual os dispositivos neoliberais atuam na constituição dessas subjetividades, buscando compreender seus traços de distinção com relação aos modelos anteriores, bem como quais as consequências, principalmente políticas, desse processo de colonização das subjetividades da forma como é praticado na atualidade.

Aspectos da Subjetividade Neoliberal e suas Implicações Psico-Políticas

O neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade que opera pela expansão da lógica empresarial para os âmbitos existenciais da vida cotidiana dos sujeitos (da Rosa, 2019, p. 156-157). Em que pese haver uma divulgação pelas políticas neoliberais da democracia e da economia de mercado como elementos complementares que se reforçam mutuamente, em verdade esconde uma forte preferência do segundo em detrimento do primeiro. É dizer, há um movimento de subordinação do político ao econômico.

Como consequência dessa racionalidade, por outro lado, temos o esfacelamento dos regimes democráticos pela sua incompatibilidade com o modelo individualista proposto pela racionalidade neoliberal, um exemplo do sucesso das políticas neoliberais em detrimento da sustentação de um regime democrático é o caso do Chile, quando o auge da execução das medidas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington se deu durante um regime

ditatorial que sustentava o ambiente ideal para a aplicação de políticas econômicas radicais.

Também nesse sentido Dardot e Laval afirmam que o neoliberalismo

[...] destrói regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. [...] com o neoliberalismo, o que está em jogo é a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. (Dardot e Laval, 2016, p. 16).

No neoliberalismo, tem-se, ao mesmo tempo uma oposição e uma complementação entre dispositivos disciplinares e dispositivos de controle¹, entre a “lei do pai” responsável por modular corpos mediante proibições, limitações éticas e morais, imposição de deveres sociais e castração de desejos como forma de garantia do bem-estar social, e a “lei do sim” da sociedade de controle neoliberal marcada por subjetividades não submetidas a limitações, cujos narcisismo e egocentrismo as tornam capazes e dispostas a buscar a satisfação de seus desejos a qualquer custo (Leite, 2015, p. 31).

Desse modo, o neoliberalismo é marcado pelo poder de modulação contínua, cujos moldes nunca estão totalmente prontos, estão sempre variando, em contínua e rápida alteração e pela proposição de um novo Ideal, impedindo que ocorra uma identificação entre os modelos de moldagem (Neves, 1997, p. 86). Para lograr êxito nessa empreitada, o neoliberalismo utiliza o mecanismo de produção de uma cultura de massa.

Portanto, com o predomínio em absoluto da lógica de mercado, com a precarização dos Estados nacionais, a perda de um referencial simbólico que figure como guia ético para a formação das subjetividades,

nós temos uma alienação dos sujeitos, uma despolitização dos cidadãos decorrente do fato de que o neoliberalismo constitui uma “mercadocracia” sustentada pela cultura do consumo e do mais-gozar e pelas subjetividades colonizadas que se vê incompatível com a democracia.

O neoliberalismo como uma política empresarial individualista que atua não somente na esfera econômica mas sobretudo na produção e normalização das subjetividades² em termos históricos, sociais e políticos, é caracterizado como uma nova forma de totalitarismo³ cujo desenvolvimento não é possível sem a difusão do ódio e, por isso, é incompatível com os ideais da fraternidade e de uma sociedade democrática, a qual é constituída pelo diálogo político, pela pluralidade, pela ampliação e efetivação de direitos (Merlin, 2019, p. 284).

Nesse sentido, temos as contribuições de Vladimir Safatle para a construção das interseções que relacionam a psicanálise à crítica política voltada a discussões sobre a democracia, o neoliberalismo, a efetivação de direitos e a (re)produção de subjetividades na contemporaneidade. Em sua obra mais recente intitulada *Maneiras de transformar o mundo: Lacan, política e emancipação*, o autor propõe uma perspectiva de reflexão que se dá a partir da relação entre psicanálise, política e projetos emancipatórios.

A necessidade de pensar as questões políticas contemporâneas por meio desta interdisciplinaridade pode ser compreendida nos dizeres de Kleber Prado Filho e Simone Martins (2007, p. 18): “o saber psicológico é bastante político, presta-se a uma aplicação política e implica fortes decorrências políticas”. Assim, as contribuições da psicanálise para a compreensão da subjetividade neoliberal, de suas implicações e para pensar propostas de emancipação desses modelos de subjetividade e de retomada do

político e do sentido do “comum” são de grande relevância para os estudos atuais.

Já em sua obra *Cinismo e falência da crítica*, Safatle (2008, p. 26) nos diz que o cinismo a partir de certo momento da modernidade, para além de um problema de ordem moral, deve ser definido como um regime de economia do discurso que pode aparecer em várias esferas da vida social (política, estética, ideologia e sexualidade). Ele aspira legitimidade e procura colocar-se como uma padrão racional de conduta. Essa racionalidade cínica, por sua vez, significa admitir que o cinismo vê a si mesmo como uma figura da qual decorrem processos de racionalização, sendo o único modo de racionalização possível.

Ainda segundo aquele autor, no cinismo o enunciador demonstra claramente não acreditar naquilo que fala e o receptor, por seu turno, demonstra que não acredita no que o enunciador falou, mas mesmo assim o processo continua a funcionar, mesmo diante do desencantamento absoluto. É a inversão do “eles não sabem o que fazem” para o “eles sabem o que fazem e, mesmo assim, o fazem”. O cinismo nos coloca diante da usura da verdade, não a mascara, mas legitima a sua inversão.

Compreendemos que é essencial para a democracia o debate livre e plural por ser esse o meio pela qual se constrói um mundo comum. Levando em consideração essa afirmação podemos afirmar que a democracia é constituída pelo dissenso, sendo inaceitável um modelo político que queira eliminá-lo e tornar o indivíduo discordante em inimigo. Quando transformamos os conflitos de interesses em conflitos morais recaímos em associações maniqueístas de oposição entre o bom mau, entre os indivíduos violentos e os pacíficos, relegando a democracia a uma condição moralista e autoritário em vias de esfacelamento (Merlin, 2019, p. 280).

Nesse processo as subjetividades são submetidas a um parâmetro de alienação generalizada “em que a sensibilidade é mutilada, homogeneizada, disciplinada e tensionada. Tudo isso de forma muito dissimulada, branda e invisível” (Beskow e Pellanda, 2004, p. 21) limitando as formas de ser, conhecer, falar, viver e fazer. É dizer, os pressupostos democráticos carregam consigo de forma velada objetivos da elite do poder, os quais quando revelados demonstram a ilusão imaginária em torno de uma concepção de equidade que não mais pode ser sustentada no sistema neoliberal, sua incompatibilidade tem cada vez mais se tornado clara diante da realidade de desigualdade (Barbieri, 2017, p.95).

O modelo de subjetividade neoliberal é pautado, portanto, em um utilitarismo individual segundo o qual os indivíduos somente adquirem valor à medida em que possuem participação no sistema de produção capitalista (da Rosa, 2019, p. 160). A subjetividade neoliberal tem como objetivo o ganho pessoal, a auto-satisfação de interesses individuais, seguindo seus próprios valores e referências, sem se importar com a corporeidade do Outro com quem divide o espaço público. As questões sociais somente importam ao sujeito neoliberal quando concorrem ou coincidem com seus objetivos pessoais (Mancebo, 2002, n.p.).

Importante destacar, aqui, que o elemento de diferenciação e distinção social opera no neoliberalismo como elemento essencial para a distribuição de funções na cadeia produtiva. A desigualdade decorrente dessa lógica opera como o fator que leva ao equilíbrio do sistema por meio da concorrência que leva ao desenvolvimento econômico. Assim, no neoliberalismo há uma grande ênfase ao princípio da liberdade individual enquanto abre-se mão do princípio da igualdade, levando-o às suas consequências

negativas mais extremas. Entretanto, essa mesma liberdade individual, nos diz Byung-Chul Han (2015, p. 11) é apenas um episódio situado no trânsito de uma forma de vida para a outra como uma nova forma de coação e de submissão.

Sobre implicações da relação do neoliberalismo com a liberdade Rafael Rocha da Rosa nos diz que

[...] essa racionalidade vincula a si própria a garantia de um valor extremamente forte e convincente, a liberdade, e também a satisfação do contingente populacional através do poder de compra e consumo de bens materiais, viabilizada pelo desenvolvimento econômico. Esses fatores seriam responsáveis pela confecção de uma matriz produtora de realidade, sincronizando saber e poder, através de regimes de verdade. (da Rosa, 2019, p. 159).

Como consequência da agudização do individualismo, no outro lado, no lado do coletivo, há diversas perdas. Os princípios de coletividade que motivavam as lutas políticas pela efetivação de direitos sociais se perderam, houve um grave enfraquecimento e uma fragmentação dos espaços sócio-político de ação intersubjetiva, devido ao fato que “certas estratégias ideológicas neoliberais agem no sujeito como inibidoras da construção das seguintes dimensões humanas: confiança, autonomia, auto-estima, participação, produção da diferença e singularidade, aspectos subjetivos inerentes na construção do capital social” (Beskow e Pellanda, 2004, p. 3).

A subjetividade moderna neoliberal é aquela desinteressada, desligada do social, focada na busca pela felicidade pessoal, são corpos disciplinados e docilizados para servir ao mercado, onde reside o seu ideal de auto-

realização (Mancebo, 2002, n.p.). Como afirmam Pierre Dardot e Christian Laval,

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade” [...] ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo [...] Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. (Dardot e Laval, 2016, p. 17).

É dizer, o neoliberalismo atua moldando e normalizando subjetividades e comportamentos e, além disso, a sua lógica de mercado esfacela as relações políticas entre o Estado e os cidadãos (Tolentino, 2017, p. 140). Essa mesma lógica do empreendimento de si também é a responsável por criar o sentimento de desconfiança em relação aos valores de dedicação a uma causa geral, comum, o “sujeito no capitalismo é o agente maximizador de interesse e de prazer” (Safatle, 2020, p. 26) pessoais.

Os indivíduos no exercício de suas profissões perdem o sentimento de servir a um interesse geral de dimensões morais e políticas visando tão somente a satisfação de interesses pessoais e corporativos (Dardot e Laval, 2016, p. 339). Os cidadãos-consumidores do neoliberalismo de mercado “não são chamados a julgar as políticas e instituições do ponto de vista do interesse da comunidade política, mas somente em função de seu interesse pessoal. *É a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada*” (Dardot e Laval, 2016, p. 340).

Essa mesma lógica do empreendimento de si também faz esvanecer o ideal neoliberal da liberdade pois enquanto leva os indivíduos a um isolamento total já lhes retira a possibilidade de serem livres, segundo Byung-Chul Han (2015, p. 13), porque a liberdade é exclusivamente relacional, significa “estar entre amigos” em uma relação livre de qualquer finalidade, uma coexistência satisfatória que não é possível quando se suprime as relações entre os indivíduos. Segundo Freud, a liberdade

... individual não é um bem cultural. Ela era maior antes de qualquer civilização, mas geralmente era sem valor, porque o indivíduo mal tinha condição de defendê-la. Graças à evolução cultural ela experimenta restrições, e a justiça pede que ninguém escape a elas. Aquilo que numa comunidade humana se faz sentir como impulso à liberdade pode ser revolta contra uma injustiça presente, e assim tornar-se propício a uma maior evolução cultural, permanecendo compatível com a civilização. (Freud, 2010, p. 38).

Entretanto, no sistema neoliberal, segundo Nora Merlin (2019, p. 273), os meios de comunicação exercem um papel de grande importância para a criação de uma cultura de massa que transforma o cidadão e torna-o um consumidor que obedece de forma inconsciente, uma “subjetividade colonizada”. Para isso, os meios de comunicação divulgam e disseminam um ideal de uma “boa democracia” a qual, por outro lado, controla e disciplina os cidadãos aplicando uma forma de violência sutil às subjetividades.

Ainda, esses veículos promovem a despolitização dos cidadãos caracterizando a política como sinônimo de violência, de

conflito e de divergências, cuja saída é a boa e civilizada democracia que, entretanto, não é constituída pela participação do povo, tendo em vista que esta mesma seria a responsável por desestabilizar a harmonia dos regimes democráticos. Dessa forma, dominando o espaço público, os meios de comunicação uniformizam, despolitizam e tornam os cidadãos indivíduos sem capacidade de pensamento crítico da realidade na qual estão inseridos (Merlin, 2019, p. 273).

A autora nos aponta, ainda, como consequência do sistema neoliberal operado por uma cultura de massa que ele, constituído como uma conjunto de “eus” uniformizados, acaba por configurar-se como um modelo social individualista, fundado na recusa do amor e do saber e na intensificação do ódio e da ignorância, sentimentos que se manifestam como fundamentais na fase atual do capitalismo (Merlin, 2019, p. 277).

É nesse ponto que identificamos que a subjetividade moderna em seus processos de formação e transformação ao longo dos séculos desencadeou uma subjetividade nos moldes neoliberais hoje de um sujeito auto-centrado, cínico, em busca somente de uma satisfação própria, cuja felicidade pessoal é dependente da sua realização mercadológica, que a partir de seus interesses mede as suas escolhas conforme projeções de resultados econômicos (da Rosa, 2019, p. 156).

Forma-se um sujeito que ignora a existência do Outro como uma vida concreta, que é alheio e ignora por vontade própria e de forma consciência as questões políticas públicas, que não se envolve com o comum da sociedade. A massa colonizada unida pelo ódio estimula a repressão, a vingança e a violência em suas diferentes manifestações transformadas em racionalidades essenciais para a civilização, as quais assumem um estatuto anti-político à medida que atentam contra a formação democrática da

comunidade e os laços solidários (Merlin, 2019, p. 280).

Assim, o sujeito neoliberal votante, figurando como consumidor nessa lógica de mercado no tiene un interés real por la política, por la configuración activa de la comunidad. No está dispuesto ni capacitado para la acción política común. *Solo reacciona de forma pasiva* a la política, refunfuñando y quejándose, igual que el consumidor ante las mercancías y los servicios que le desagradan⁴ (Han, 2015, p. 23).

Tendo compreendido as implicações do modelo neoliberal na despolitização e privatização das subjetividades, se faz necessário que pensemos de forma crítica saídas alternativas, possibilidades de emancipação dessas Subjetividades e de (re)politização dos sujeitos para a retomada de um projeto político comum, ao que nos dedicaremos no item a seguir.

Alternativa Psicanalítica para a Emancipação da Subjetividade Neoliberal

Em sua obra *Psicologia das massas e análise do Eu*, Sigmund Freud (1976, p. 67) inicia o texto dissolvendo a distinção entre psicologia individual e psicologia social ou das massas. Segundo ele, ainda que a psicologia individual tenha seu foco no estudo sobre o ser humano enquanto ser singular, em apenas pouquíssimas vezes é possível fazê-lo sem considerar as condições sociais nas quais o indivíduo está inserido e que influenciam em suas pulsões. A psicologia das massas, desse modo, trata o indivíduo como pertencente de um povo, uma linhagem, uma instituição, ou como integrante de uma multidão organizada, uma comunidade constituída durante determinado período e tendo em vista determinado fim.

É dizer, para compreendermos a formação psicológica dos indivíduos, seus interesses, suas paixões, desejos e pulsões, precisamos, antes, considerar o meio social em que aquela subjetividade foi formada. O indivíduo contemporâneo é moldado para ser um sujeito neoliberal, a serviço da lógica do mercado. A lógica do poder dessa formação neoliberal atual, ao figurar como uma concreção do discurso capitalista, juntamente com os meios de comunicação e as corporações têm produzido esse modelo de subjetividade (Alemán, 2016, p. 45). É por isso mesmo que o seu posicionamento perante a sociedade e os seus interesses são marcados por essa mesma lógica, a massa influencia nas pulsões individuais.

Segundo Nora Merlin, com base no autor argentino Arturo Jauretche, a arte de governar dos inimigos é baseada na desmoralização e no entristecimento dos povos. Eles acreditam que o povo nas ruas é sinônimo de confusão e caos, que a democracia boa é aquela que reprime o excesso coletivo, o que acusam de ir contra os ideais republicanos e seus valores de ordem. Isso é feito pois uma massa de sujeitos deprimidos não vence as lutas políticas. Por essa razão é preciso estabelecer uma forma de combate alegre. Nenhuma grande transformação se alcança com tristeza. “La calle, la alegría, la militancia, son formas de resistencia al neoliberalismo e insistencia emancipatoria del poder como ejercicio permanente que produce humanidad” (Merlin, 2017, n.p).

Nessa perspectiva, a resistência popular deve ser pensada como uma experiência ativa, criativa e de transformação que seja capaz de romper com a agenda política estabelecida e apresentar transformações. A resistência deverá ser a construção de um novo e verdadeiro poder democrático (já vimos que o modelo neoliberal em verdade é oposto à

democracia), que preserve os elementos de conflito e não de desestabilidade como temos hoje, que possibilite a produção de um sujeito não calculável (Merlin, 2017, n.p).

A democracia, do modo como é pensada pela autora argentina, implica a prática da palavra livre e plural por meio da qual os indivíduos colocam em prática do mundo comum. A política não pode querer eliminar o dissenso, mas sim incluí-lo, os adversários políticos não devem ser constituídos em inimigos. É somente quando os conflitos de interesses são convertidos em um problema moral que se faz a fragmentação entre bons e mais, violentos e pacíficos e a política desaparece, degradando a democracia a um ponto em que se converte em uma versão de governo moralista e autoritária (Merlin, 2019, p. 280).

Ainda segundo a autora, a vida em comum e o devir de um Estado é um âmbito de razões, paixões e afetos que se relaciona e então produzem comunidade. Tendo isso em vista, compreende-se que toda singularidade se inscreve continuamente em uma composição maior (de comunidade). A organização social, portanto, implica um desejo ativo de expansão dos afetos. É somente o desejo que pode metabolizar as paixões e torná-las afetos ativos que movem práticas coletivas, um desejo de comunidade (Merlin, 2017, n.p).

Ao tratar sobre a formação da opinião em uma verdadeira comunidade, Nora Merlin (2017, n.p) se utiliza dos escritos de Hanna Arendt que define o opinião como um juízo reflexivo, como a faculdade de pensar e formar opinião por meio do exercício livre e público do pensar, havendo sempre lugar para a contradição. Diferentemente do que busca o projeto de formação da cultura de massas, a construção da opinião pública em uma comunidade preserva as condições de debate entre concepções distintas, divergentes e até

mesmo contraditórias de forma equitativa. Diante dessa realidade e das influências dos meios de comunicação na sua criação e manutenção, Claudia Neves compreende que

Nosso desafio é, portanto, escapar das máquinas sociais produtoras de paralisia, percorrendo as linhas nômades habitadas pelo devir, pelo inesperado e conectadas com o desejo e a expansão da vida. Inventando outros territórios, fluidos e temporários, para a escola, para o mundo do trabalho, para a família, ... nos aliando com as máquinas de guerra que funcionam para evitar a captura do desejo pelas máquinas produtoras de subjetividades serializadas e subjetividades metástases. (Neves, 1997, p. 90).

A emancipação do desejo e, por consequência, do gozo é parte fundamental para se pensar formas de emancipação política na contemporaneidade. O neoliberalismo se constituiu por meio da captura e da colonização do desejo/gozo e, por isso, transformações sociais e política devem ser pensadas a partir da ruptura das grades impostas por aquele sistema. Como afirma Safatle (2020, p. 69), “o capitalismo coloniza o gozo, e nossa única alternativa é retirar tal gozo para fora do modo de produção que o coloniza”.

A desidentificação e suas consequência no destino do saber e da destituição do sujeito são condições para se pensar a emancipação. As identificações revelam como na verdade as relações sociais são necessariamente reações de poder e de repetição de modelos subjetivos disseminados. Encerrar os processos de identificação significa encerrar formas de repetição obediente e acrítica de padrões (Safatle, 2020, p. 106).

Segundo o filósofo argentino, com base em Lacan, para se fazer o gozo emergir é preciso confrontar a experiência com seu ponto de extrema contradição, é preciso encontrar o ponto de torção da linguagem em que o gozo que é possível passa a ser aquele do qual não se fala, que não é tomado como existente (Safatle, 2020, p. 84).

Isso traduz uma recusa à identificação, à nomeação e à identidade construídas a partir do gozo, fazendo com que a ordem estabelecida ao redor do gozo dito, do gozo fálico, entre em colapso. Nada falar a respeito desse gozo que deve irromper é o começo de uma transformação da estrutura social. Na psicanálise, “o caráter sem inscrição, a natureza real desse gozo impulsiona transformações e produções singulares [...] ‘o gozo é o que a verdade encontra ao resistir ao saber’” (Safatle, 2020, p. 118).

A linguagem assume posição fundamental na emancipação. Esse jogo de palavra livre implica uma emancipação da linguagem como forma de criar um novo mundo de relações humanas configurando-se como o lugar de aparecimento dos sujeitos e onde eles se relacionam. A linguagem é que atribui o aspecto relacional do espaço inter-humano. É onde se mostra o desejo de viver com os outros, de construir comunidade.

É preciso, então, uma ressignificação da gramática, uma apropriação da linguagem para sentidos de comunidade. “Não há emergência efetiva sem uma transformação na capacidade de enunciação da linguagem” (Safatle, 2020, p. 140). Uma revolução que não considere necessária a alteração da estrutura da enunciação ignora que se trata da condição prévia de toda experiência possível e que somente com modificações promovidas nesse âmbito é possível fazer revolução.

De acordo com Vladimir Safatle (2008, p. 21-22), Lacan percebe que a generalização dos modos de socialização do desejo opera a

partir de representações mentais paradoxais, refletindo sobre a forma de organização social dos perversos que veio a ser a forma hegemônica. Essa perversão, contudo, ainda segundo o autor, não deve ser vista apenas como indicadora de uma desvio sexual, ela é fundada em uma relação particular do sujeito com a lei social. “Relação peculiar por basear-se em modos de seguir as injunções da lei sem, com isso, produzir disposições de conduta normalmente conformes à lei” (Safatle, 2008, p. 22). A essa noção o autor argentino coloca em paralelo o cinismo, ambos como consequências necessárias dos nossos processos de socialização tal como ocorreram.

Todavia, ao tratar sobre a articulação entre política e psicanálise em Lacan, o mesmo retoma a compreensão do psicanalista francês de que o papel da psicanálise, ainda que pretendesse realizar uma análise universal, jamais seria o de eliminar conflitos e contradições sociais, “guerras e lutas de classe”, seria tão somente o de torná-los “menos confusos”, tendo em vista que problemas políticos requerem resoluções por meio de ações políticas, ao que não serviria o divã (Safatle, 2020, p. 9).

Esse processo de tornar os conflitos sociais menos confusos significa que a psicanálise toma parte no projeto de clarificação da dimensão agonística e dramática que nos atravessa e ela o faz se sustentando em formas de explorar a fronteira sensível entre a verdade e o saber, onde a verdade é caracterizada pelo não-saber (Lacan, 2000-2001, p. 14), o objeto que é revelado pela psicanálise é um saber não-sabido por si mesmo, o inconsciente (Lacan, 2000-2001, p. 17).

Safatle (2020, p. 12-13) afirma, ainda, que Lacan permaneceu fiel ao drama de compreender que o ideal da análise é que haja sujeitos destituídos do Eu⁶, ou que esse Eu

não seja alimentado e fortalecido, mas sim cada vez mais desconstituído. Esse mesmo ideal implica o pensar de uma nova noção de emancipação que não passe pelas noções de liberdade como submissão à lei (autogoverno ou autolegislação), uma forma completamente nova que ainda precisa ser inventada e, em que pese ter se dedicado incansavelmente a esse propósito, Lacan não conseguiu oferecer uma resposta. Mas, como diz o filósofo argentino “uma verdadeira experiência intelectual não se mede pelas respostas que ela procura implementar, mas sim pelas questões que ela nos transmite” (Safatle, 2020, p. 13).

Assim, diante dessas questões que nos são transmitidas como engrenagens a mover as nossas buscas por respostas que promovam ações políticas voltadas a pensar uma nova concepção de emancipação que seja adequada à realidade vivida na América Latina e, sobretudo no Brasil, temos que o neoliberalismo, como resultado extremo do pensamento moderno, gerou indivíduos incapazes de manifestar interesse pelas questões políticas que dizem respeito ao comum. O debate político somente lhes interessa quando afeta projetos pessoais, interesses individuais ou o projeto de felicidade própria.

Segundo Freud, essa felicidade em suas diversas nuances mostra-se como um dos aspectos do propósito da vida dos homens sendo o princípio do prazer aquele que desde o começo conduz o desempenho do aparelho psíquico,

[...] o que pedem eles da vida e desejam nela alcançar? É difícil não acertar a resposta: eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes. Essa busca tem dois lados, 20/286 uma meta positiva e uma negativa; quer a ausência de dor e desprazer e, por

outro lado, a vivência de fortes prazeres. No sentido mais estrito da palavra, “felicidade” se refere apenas à segunda. (Freud, 2010, p. 20-21).

Para a clínica lacaniana, o sofrimento psíquico contemporâneo decorre da provocação de “sintomas, inibições, angústias e reações corporais” que acarretam impossibilidades sociais de reconhecimento (Safatle, 2020, p. 14), reconhecimento este de perspectiva não-identitária, ou ainda, pós-identitária, crítico aos modelos hegemônicos de reconhecimento como o de Axel Honneth oriundo de leituras da Escola de Frankfurt (Safatle, 2020, p. 20).

A nossa hipótese, portanto, é que é preciso, contra o modelo moderno e neoliberal de subjetividade opormos um outro modelo comunitário, resgatando a preocupação com o Outro, com questões públicas, de interesse comum, que afetam as vidas dos indivíduos enquanto seres pertencentes a uma comunidade. É o sentimento de responsabilidade por um projeto que está para além de si mesmo que precisa ser restabelecido, como nos diz Safatle (2020, p. 31) tendo como fundamento Lacan, “processos globais de transformação exigem uma transformação da gramática do ‘si próprio’ normalmente esquecida pelas dinâmicas revolucionárias”.

Considerações Finais

O neoliberalismo deve ser compreendido muito para além de um mero sistema econômico voltado à lógica mercadológica empresarial. Para compreender os sujeitos e as relações sociais na contemporaneidade é preciso que levemos em conta que aquela lógica foi imposta também ao modo de produção de subjetividades, operada com o auxílio dos

meios de comunicação que viabilizaram a formação de uma cultura de massas, uniformizada, homogeneizada, servil e acrítica.

Assim, falar de neoliberalismo implica investigar como se deu a formação dessas subjetividades de modo a retirá-las de qualquer senso de comunidade ou de pertencimento a um projeto comum, instigando-as sempre e unicamente à satisfação de interesses e projetos individuais, estes que, por sua vez, se coadunam aos interesses mercadológicos. Foram criados sujeitos que se voluntariam para servir à empresa mas que, não se veem como integrantes da cadeia produtiva em posição de fornecedores de mão-de-obra, de capital humano. Antes, pelo contrário, esses sujeitos veem a si mesmos como empresas, como dotados de uma autonomia que lhes garante liberdade plena para a consecução dos seus objetivos e que os estimula a buscar sempre mais.

Essa liberdade, entretanto, mostra-se de origem já limitada pois obedece à lógica empresarial neoliberal na qual os sujeitos são livres para escolher que condutas praticar, mas as opções de escolha são apenas aquelas fornecidas pelos detentores do capital. A busca pela liberdade ilimitada gera, então, um sentimento de frustração e de falta por nunca ser de pleno acessível, provocando o adoecimento, o entristecimento, uma depressão generalizada e, por consequência, uma medicalização dessas subjetividades para que, suprimindo seus efeitos patológicos, possam continuar servir.

Tendo em vista essa realidade de práticas de violência disseminadas nos mais diversos âmbitos da sociedade, por vezes tão sutis que sua identificação e a luta pela sua erradicação se mostram difíceis de serem realizadas, precisamos retomar projetos políticos comuns, reunindo grupos sociais em torno de

um objetivo comum de superação dessas formas de violência, desse modelo que tem provocado a perda e o esfacelamento de direitos e garantias sociais. É dizer, conhecemos a dificuldade de diagnóstico e superação de um sistema em constante e intensa mudança em sua forma de operar, dada sua fluidez e flexibilidade de adaptação a novas necessidades, entretanto, tais obstáculos não podem gerar um sentimento de conformismo e estagnação da luta política.

Assim, compreendemos que é preciso romper com esse modelo de produção de subjetividades por meio da emancipação do gozo, este que foi colonizado e posto a serviço do mercado, possibilitando as mais distintas e plurais formas de satisfação que não mais correspondam aos interesses daquele. Além disso, entendemos que uma retomada do sentido de comunidade, de um referencial simbólico compartilhado pela vontade de (re)construir o comum agora em outras bases e mais sólidas em torno da afetividade, é o meio que possibilitaria a superação dessa realidade que historicamente tem provocado dominação, exclusão, segregação e adoecimento que paralisa os sujeitos na busca da efetivação de uma democracia.

Referências

- Alemán, J. (2016). *Horizontes neoliberales en la subjetividad*. Buenos Aires: Olivros, Grama Ediciones.
- Araújo, J.A.E. (2021). Las transformaciones económicas de la globalización neoliberal. In José A. Estévez Araújo (Ed.). *El derecho ya no es lo que era: las transformaciones jurídicas en la globalización neoliberal*. Madrid: Editorial Trotta.
- Barbieri, C.P. (2017). O que a psicanálise tem a dizer sobre política? Belo Horizonte: *Estudos de Psicanálise*, n. 48, pp. 89-98. Consultado em 01 out. 2021.
- Beskow, D.J. e Pellanda, N.MC. (2004). Neoliberalismo e a construção do sujeito contemporâneo: um dilema para a sustentabilidade do desenvolvimento regional. Apresentada em *II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional (Anais)*. Santa Cruz do Sul – RS, 28 de setembro a 01 de outubro. Consultado em 01 out. 2021.
- Botelho, M.L.(2013). Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. Rio de Janeiro: *Espaço e Cultura*, n. 34, jul./dez., pp. 195-230. Consultado em 01 out. 2021.
- Dardot, P.e Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.
- Facci, D.T.da S. e Galuch, M.T.B. (2019). Frieza burguesa: apontamentos para uma teoria da formação da subjetividade moderna. [s.l]. *Human and Social Sciences*, v. 41, n. 1. Consultado em 01 out. 2021.
- Fontenelle, I.A. (2012). Consumo como investimento: a produção do consumidor saudável pela mídia dos negócios. São Paulo: *Comunicação, mídia e consumo*. Ano 9, v. 9, n. 24, maio. Consultado em 04 nov. 2021.
- Freud, S. (1976). Psicología de las masas y análisis del yo. In *Obras completas*, volumen 18 (1920-22). Buenos Aires: Amarrortu editores.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In *Obras completas*, volume 18 (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Consultado em 04 nov. 2021.
- Han, B-C. (2015). *Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Trad. Alfredo Bergés. Barcelona: Herder.
- Lacan, J. (2000-2001). *O Saber do Psicanalista: Seminário 1971-1972*. Publicação para

- circulação interna. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Leite, A. da S. (2015). Neoliberalismo e relações sociais: notas para uma abordagem freudo-marxista. Reduto/MG: *Revista Vox – Revista da Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas*. Ed. 02, jul./dez.. Consultado em 04 nov. 2021.
- Mancebo, D. (2002). Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. Brasília: *Psicologia: ciência e profissão*, v. 22, n. 1, mar., pp. 100-111. Consultado em 01 out. 2021.
- Merlin, N. (2017). *Colonización de la subjetividad: los medios masivos en la época del biomer-cado*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Merlin, N. (2019). Colonización de la subjetividad y neoliberalismo. Porto Alegre: *Revista GEARTE*, v. 6, n. 2, maio/ago. Consultado em 04 nov. 2021.
- Neves, C.A.B. (1997). Sociedade de Controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação. In SILVA, André do et al. (Org.). *Subjetividade: questões contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, p. 84-91. Consultado em 04 nov. 2021.
- Pérez, A.M. (2021). El seguro y la deuda como mecanismos de privatización del sufrimiento en las sociedades occidentales contemporâneas. In José A. Zamora y otros (Ed.). *Sufrimiento social y condición de víctima*: Retos sociales, políticos y éticos. Barcelona: Anthropos Editorial.
- Prado Filho, K. e Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). [s.l.]. *Psicologia e Sociedade*, 19 (3), pp. 14-19. Consultado em 1 out. 2021.
- Rosa, R.R. da (2019). Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade. Fortaleza: *Argumentos*. Ano 11, n. 21, jan./jun. Consultado em 04 nov. 2021.
- Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos*: Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica.
- Soto, F.C. (2021). Sociedad y sufrimiento psíquico desde el psicoanálisis freudiano: consecuencias políticas. In José A. Zamora y otros (Ed.). *Sufrimiento social y condición de víctima*: Retos sociales, políticos y éticos. Barcelona: Anthropos Editorial.
- Tolentino, R.X. (2017). Perspectivas da subjetivação da racionalidade neoliberal. Juiz de Fora: *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 25, pp. 132-149. Consultado em 01 out. 2021.
- Zamora, J.A. (2021). Sufrimiento social – victimación – trauma: destinos políticos y crítica social materialista. In José A. Zamora y otros (Ed.). *Sufrimiento social y condición de víctima*: Retos sociales, políticos y éticos. Barcelona: Anthropos Editorial.

¹ Isleide Arruda Fontenelle (2012, p. 136), valendo-se de uma leitura de Foucault e do *Nascimento da Biopolítica*, afirma que segundo o filósofo francês, “a partir do final da década de 1970, começou a ficar claro que estaríamos vivendo a passagem de uma biopolítica centrada na disciplina, que teria moldado as ‘sociedades disciplinares’, para uma biopolítica centrada no controle, constitutiva das ‘sociedades de controle’; passagem essa resultante de um novo modelo de *governmentality*, o governo neoliberal e a transformação que esse promove não apenas nas

relações entre Estado e mercado, mas, especialmente, entre mercado e indivíduo”.

² Como afirmam Kleber Prado Filho e Simone Martins (2007, p. 16), “numa perspectiva mais contemporânea, a subjetividade tomada como objeto construído pelo conhecimento e também como campo de experiências do sujeito não implica naturalmente nem necessariamente interioridade, substância ou permanência”. É preciso vê-la como correspondente a um jogo incessantemente instável entre enunciados e dispositivos. “Descentrar a análise da subjetividade deste eixo habitual do

desenvolvimento da personalidade e da identidade, tomando-a como resultado da dispersão de forças sociais, implica tratá-la como figura histórica que não tem centro, permanência, inerência ou substância, nem qualquer sentido, naturalizante, biológico, genético ou determinista, e pensá-la em movimento, como virtualidade, efeito holográfico que existe concretamente ali onde não há nada de palpável” (Prado Filho e Martins, 2007, p. 16).

³ Ressaltamos que não se trata de uma aplicação clássica do conceito de totalitarismo, como dos regimes totalitários surgidos na primeira metade do século XX, mas de uma versão mais difusa e sutil de exercício de medidas totalitárias, cujo sentido será desenvolvido ao longo deste trabalho.

⁴ “não tem interesse real pela política, pela configuração ativa da comunidade. Não está

disposto nem capacitado para a ação política comum. *Só reage de forma passiva* à política, resmungando e queixando-se, como o consumidor perante as mercadorias e os serviços que o desagradam” (tradução nossa).

⁵ “A rua, a alegria, a militância, são formas de resistência ao neoliberalismo e insistência emancipatória do poder como exercício permanente que produz humanidade” (tradução nossa).

⁶ Isso porque de acordo com Safatle (2020, p. 22), em Lacan o Eu sempre é visto como incapaz de manter relações com a alteridade e a diferença, sendo caracterizado “pela rigidez, pela estaticidade, por uma concepção defensiva de identidade. [...] suas relações serão sempre marcadas pela agressividade, pelas formas imaginárias do conflito e pela redução narcísica do outro”.